

Teto de gastos tem responsabilidade em mortes na pandemia e desemprego

O ministro da Economia, Paulo Guedes, terá que abandonar sua "obstinação da austeridade a qualquer custo". Essa é a avaliação que o doutor em Economia e especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, Paulo Kliass, faz em sua coluna semanal publicada pelo Portal Vermelho. Para Kliass, o teto de gastos, estabelecido pela Emenda Constitucional (EC) 95/16, que congela investimentos públicos por 20 anos, tem responsabilidade nas mais de 165 mil mortes na pandemia e também na recessão econômica que levou 14 milhões ao desemprego no Brasil. Em sua análise, Kliass aponta que Guedes já deu sinais de que não conseguirá manter a política econômica que o especialista chama de "austericídio". O ministro indicou que caso uma segunda onda da Covid-19 se confirme, medidas para aumentar os gastos além do limite podem surgir. Guedes também voltou a comentar que pode desindexar o orçamento da EC 95, desde que o Congresso aprove a flexibilização do teto.

Segunda onda já é realidade

Com indicadores da Covid-19 aumentando de modo alarmante em todo o país, a segunda onda já é considerada uma realidade e em muitos estados a necessidade de retomar medidas mais severas de isolamento vem sendo discutida. Se a flexibilização do teto de gastos é uma possibilidade que vem sendo avaliada até mesmo entre os maiores defensores das políticas ultraneoliberais, há que se ter atenção a outros indícios perigosos também sinalizados por Paulo Guedes.

Na semana passada, a Folha de São Paulo publicou que Paulo Guedes tem dito nos bastidores que não haverá prorrogação do auxílio emergencial, que acaba em 31 de dezembro. Mas que se tiver que ampliar as transferências de renda para os mais pobres em 2021 isso dependerá da contenção de reajustes para servidores. Ainda segundo publicou a Folha, em termos políticos, isso significa que o Renda Brasil dependeria da aprovação de reformas como a PEC Emergencial, que entre outras coisas, propõe corte de até 25% em salários de servidores públicos.

Pressão e unidade para barrar "granadas"

Na semana passada, outra notícia de destaque foi a resposta dada por Rodrigo Maia ao Supremo Tribunal Federal (STF) de que a tramitação da reforma Administrativa está 'suspensa' e só deve ser retomada ano que vem. Apesar de significar tempo na importante tarefa de ampliar o diálogo com a sociedade sobre os efeitos nefastos da reforma Administrativa nos serviços públicos, a Condsef/Fenadsef reforça a necessidade de intensificar a pressão pela retirada definitiva da PEC 32/20 da pauta do Congresso Nacional.

"Só na pressão, como mostra nossa história, seremos capazes de reverter os retrocessos que querem impor não só aos servidores como a todo o serviço público e à população como um todo. Essa é uma tarefa que nos exigirá máxima unidade", ponderou. "Ninguém está a salvo e o governo segue tentando dividir para conquistar, estamos atentos e não vamos aceitar os ataques. Há muita luta pela frente", reforçou Sérgio.

A conjuntura indica que nem Paulo Guedes vai deixar de tentar colocar "granadas" no bolso dos servidores, que ele identifica como 'inimigos', e nem Rodrigo Maia deixará de tocar as pautas que estão no Congresso Nacional e atingem em cheio não só servidores como todo o serviço público.

Maia vem reforçando cada vez mais discursos de apoio a programas de austeridade fiscal que envolvem a aprovação também da reforma Administrativa. No mês passado, o presidente da Câmara disse que o País iria para o "precipício" se não fosse regulamentado o teto de gastos, que é, como apontou Kliass e também apontam vários outros especialistas, um dos aprofundadores da crise econômica que vivemos.

Avaliação de desempenho não pode ser ferramenta de perseguição a servidor

Tendo como um de seus pilares a temática de produtividade do setor público, a Reforma Administrativa (PEC 32/20) propõe mudanças na avaliação de desempenho para o servidor, mas não apresenta uma proposta para isso, e, uma das grandes questões é quais critérios e medidas serão utilizados para julgar esse conjunto de comportamentos.

Segundo membros da Secretaria Nacional de Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia, a gestão de desempenho será feita por meio de feedbacks e dinâmicas que identifiquem os melhores servidores e aqueles que necessitam de melhorias. Caso o funcionário não entregue o esperado, poderá ser exonerado, conforme previsto na Constituição — sem regulamentação atual. Outra informação que está sendo propagada diz respeito ao fato do servidor ser avaliado pela população, de modo que a concessão da estabilidade seria efetuada se o servidor fosse bem pontuado pelo serviço que presta ao público.

Não há ainda uma proposta formal que institua a avaliação de desempenho em tais termos, mas a ideia está fortemente lançada, portanto, é necessária a discussão ampla e detalhada acerca do tema, além de apresentação de sugestões orientadoras sobre essa questão.

O governo tem falhado em implantar um sistema satisfatório há várias décadas. As avaliações anteriormente aplicadas aos servidores públicos tinham um foco desajustado e simplista, voltados para ganhos econômicos — com base comparativa na iniciativa privada. Porém, a máquina pública não pode ser equiparada diretamente a empresas do segundo setor, uma vez que possui diferentes responsabilidades, regras, estruturas e até cargos sem equivalência direta, fatos que demandam critérios próprios de análise.

Ainda que seja necessário um debate mais aprofundado sobre a temática, existem práticas a serem evitadas desde o princípio do planejamento, como mostra o estudo de número 6 no site da Frente Servir Brasil, como, por exemplo, questões individuais e subjetivas dos avaliadores; o uso de um único método de avaliação para diferentes grupos de cargos; falta de preparo dos avaliadores; a falta de análise de variáveis do contexto do trabalho ou cargo; foco em avaliações que visem somente recompensa salarial.

Os propósitos da avaliação e gestão de desempenho devem ser claros e conhecidos por todos os envolvidos, para que se evite a percepção de manipulação do processo e a injustiça por parte dos empregados. Além disso, é necessário identificar fatores associados ao não alcance de resultados, que podem apontar a real deficiência do órgão e constituir mecanismos de melhoria contínua do trabalho.

Os sistemas de avaliação devem adotar critérios claros e bem estabelecidos que sustentam transparência, imparcialidade e inviabilizam a troca de favores. Segundo o presidente da Frente Servir Brasil, deputado professor Israel Batista (PV/DF), a preocupação dos servidores não é a aplicação deste processo, mas sim as perseguições que ele pode implicar se mal desenvolvido.

Ministros

Em assembleia realizada no dia 17/11, os integrantes do Conselho Deliberativo do Fórum das Carreiras de Estado (Fonacate) aprovaram a elaboração de projeto de lei para tratar da avaliação de desempenho no serviço público. A ideia é preparar um texto que alcance todos, inclusive o topo da administração, como os ministros de governo e secretários (no caso dos estados e municípios).

A medida seria uma alternativa para frear uma proposta de autoria do governo federal, que, segundo as categorias, ameaçam a autonomia para os servidores trabalharem sem riscos de perseguições políticas.

Presidente do fórum, Rudinei Marques reforçou que a ideia é dialogar com o Legislativo e o governo para que esse texto seja aceito. A proposta do Fonacate será entregue aos membros da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público.

Marques lembrou ainda que, dos 14 estudos (cadernos da Reforma Administrativa) apresentados pelo Fonacate e a frente parlamentar, dois tratam especificamente desse tema.

"Nosso Caderno 6, de autoria da professora Elaine Neiva, tem muito conteúdo. Então, temos que avançar antes que outro projeto sofrível, como foi a PEC 32/2020, seja apresentado e não nos deixe alternativa senão trabalhar contra", declarou.

Marques defendeu ainda uma avaliação de desempenho que alcance as chefias, inclusive os ministros de Estado: "Uma avaliação consistente tem que chegar no topo da pirâmide, nos cargos diretivos até ministros. Também seria importante uma avaliação da atividade parlamentar. E, claro, a participação da sociedade será fundamental nesse processo".

Para o vice-presidente do Fonacate e presidente do Sinal (Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central), Paulo Lino, é preciso mostrar a proatividade das categorias do setor público.

"Os servidores não são contra e nem têm medo de serem avaliados. O problema é sempre a arbitrariedade por trás dessas propostas", alegou.

Guedes admite que privatizações não avançaram e aponta prioridades

O ministro da Economia, Paulo Guedes, admitiu que o programa de privatizações planejado pelo governo não "andou direito". "Havia acordo de centro-esquerda para não pautar e dentro do governo também alguma resistência", disse.

"As narrativas falsas são militantes, de quem faz campanha desde o início do governo. Mas tivemos erros, temos que admitir. O programa de crédito demorou a funcionar, mas funcionou depois. Nosso programa de privatizações não andou", afirmou.

"Temos que admitir o que está errado para consertar", declarou durante seminário virtual promovida pela Firjan.

Guedes também disse que o governo tem a esperança de aprovar após o segundo turno das eleições municipais três matérias: marcos regulatórios da cabotagem e do gás, a autonomia do Banco Central, **a proposta de emenda à Constituição (PEC) Emergencial** e a nova lei de falências. "Tem baixo custo político e muito retorno social", falou o ministro sobre a agenda de matérias.

O chefe da equipe econômica do governo afirmou que a falta de entendimento político "atrasou um pouco a administrativa, perturbou bastante a tributária, impediu as privatizações".

Servidor, Cuidado! Não forneça sua Senha do SIGEPE a Terceiros

Atenção servidor, aposentado e pensionista! Fique atento as orientações de segurança da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia.

A Secretaria solicita que não informem a senha do SIGEPE e dados pessoais em sites ou aplicativos que não sejam os do Ministério da Economia, com domínio final GOV.BR e os aplicativos estão na loja do Governo do Brasil – aplicativos Sigepe Mobile, Sigepe Gestor e Sigepe Banco de Talentos.

Em caso de fornecimento de CPF e senha em algum site ou aplicativo diferente dos listados acima, é necessário a troca de senha no SIGEPE.

É importante ressaltar que o SIGEPE não solicita atualização de dados cadastrais via e-mail, mensagens de celular (SMS) ou ligação telefônica, nem autoriza empresas ou terceiros a realizarem contato em seu nome, e também não solicita senhas de banco ou números de cartão de crédito.

CALENDÁRIO VIRTUAL DE ATIVIDADES

- **24/11** - 8ª reunião de negociação do ACT - 2020/2021 dos trabalhadores da Ebserh;
- **09/12** - Webinário "OS DESAFIOS DO MOVIMENTO SINDICAL NO MUNDO PÓS PANDEMIA".